

Comissão Constituinte foi adiada por razões políticas

São políticas — e não mais técnicas — as razões que levaram ontem o presidente José Sarney a adiar, pela quinta vez, a assinatura do decreto que cria a Comissão Constituinte e a divulgação dos 50 nomes que vão fazer parte dela. O porta-voz do Palácio do Planalto informou que Sarney só assinará o decreto e divulgará os nomes da comissão sexta-feira ou sábado.

A estratégia do Planalto é simples: não permitir que um outro fato político ganhe mais importância na opinião pública do que o fato político de hoje, quando o presidente passará todo o dia reunido com os governadores, no Palácio da Alvorada. Desta forma, o decreto da comissão e a divulgação dos 50 nomes só serão anunciados no final de semana.

Divergências

É claro que problemas de ordem técnica e algumas divergências políticas impediram Sarney de assinar e revelar os nomes dos membros da comissão. Por exemplo: o ex-ministro Leitão de Abreu e a vereadora Benedita Silva (PT-RJ) encontraram algumas resistências a seus nomes dentro da comissão. O ex-ministro, inclusive, agradeceu ao convite que lhe fez Sarney e não aceitou fazer parte da lista dos 50 nomes.

Mas agora Sarney não está encontrando nenhuma dificuldade de ordem técnica, segundo informou ontem um de seus assessores mais diretos. O mesmo assessor confirmou, como quase certos, os seguintes nomes que farão parte da comissão: Paulo Brossard; Dalmo Dalari; Sepúlveda Pertence; Miguel Reale Jr.; Laerte Vieira e Francisco Afonso da Silva.

Também são tidos como certos os nomes de Hilton Rocha; Celso Furtado; Miguel Seabra Fagundes; Rafael de Almeida Magalhães; Benedito da Silva; João Paulo Pires Vasconcelos; Edgar da Mata Machado; Cristóvam Buarque; Xavier de Albuquerque; Joaquim Falcão; Jorge Amado; Walter Barelli; Arthur Moreira Lima; Antônio Ermírio de Moraes; Francisco da Silva; Carlos Alberto Oliveira; Célio Borja; Josafá Marinho; Flória Verucci; Miguel Reale; Fábio Comparato; Gilberto de Ulhoa e Seabra Fagundes.

Comissão anula o Legislativo

A comissão designada pelo governo para redigir o anteprojeto da futura Constituição foi considerada, ontem, pelo deputado Elquisson Soares, como «uma tentativa de esvaziamento do Poder Legislativo e do próprio debate que deve ser travado», por quem de direito, isto é: «Os candidatos a constituintes com a Nação, em torno da lei fundamental do País».

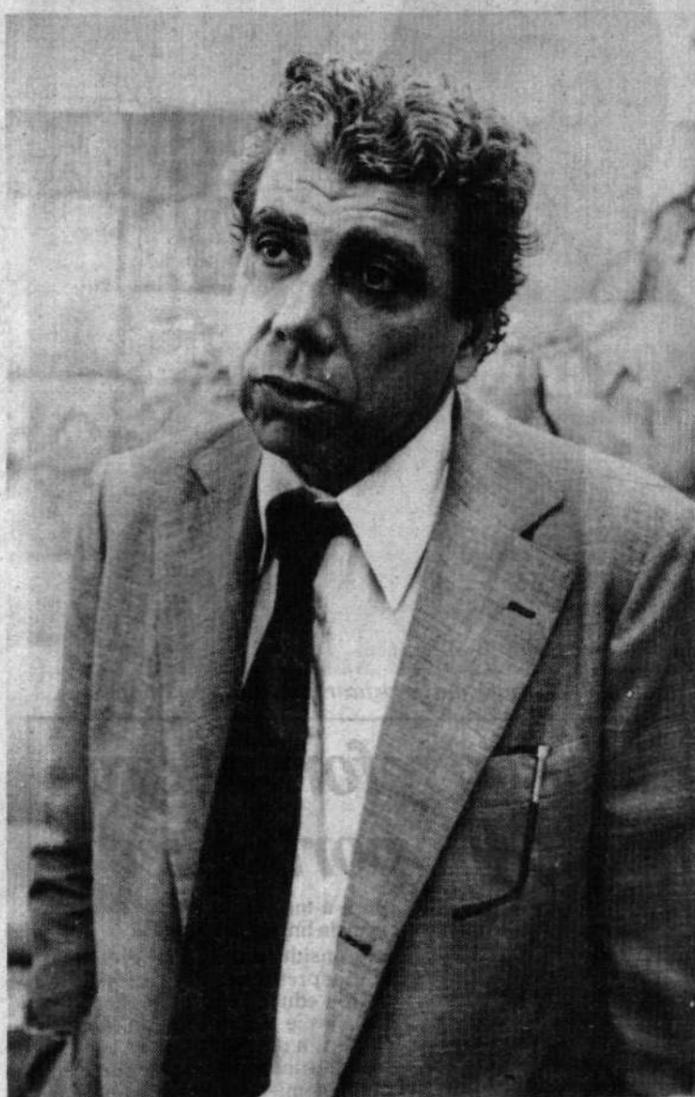
— Afinal, se a Constituinte a ser convocada já terá o texto pré-estabelecido, o que terão os constituintes a fazer? Sem dúvida, desde que o Estado foi organizado politicamente, as classes dominantes sempre souberam garantir o seu quinhão, e sempre o quinhão mais importante: o controle da economia.

Reforma agrária

Será inviabilizado o projeto de reforma agrária, será mantido o atual sistema financeiro vigente, injusto e impiedoso; a educação continuará sendo um privilégio, e a economia continuará em mãos de uns poucos banqueiros. Contudo, tal como as novelas das oito, que divertem a todos, exibindo padrões sociais de cultura que nada têm a ver com nossa realidade, a comissão servirá para divertir a população brasileira, com grandes espaços nos horários nobres dos meios de comunicação, e desempenhará o seu papel principal: amortecer os choques sociais, hoje latentes em torno dessas questões fundamentais ao desenvolvimento do País.

«E com isso», ainda segundo o deputado bajano, «continuaremos subordinados aos FMI's, e ostentando orgulhosamente a taça de campeões de dívida em todo o mundo».

— Se quiser o governo uma lei maior, nascida da vontade da Nação, que amplie e garanta concretamente os direitos fundamentais do homem, que abra o debate a todas as associações de classe, a todos os segmentos da sociedade, sem tutelas, sem estrelismos, sem exibicionismos de erudição, e o próximo Congresso Constituinte estará em condições de produzir a Constituição segundo os ditames da sociedade. Fora daí é criar ilusões de fazer uma Constituição que no dia seguinte, por certo, já estará recebendo emendas. Por outro lado, assim procedendo, o Congresso Nacional sairá dessa dificuldade de se dizer Constituinte — o que é uma contradição — apenas para homologar um projeto do qual ele não participou e que não nasceu do debate com o povo.



Antônio Ermírio afirmou que a Constituinte "é só o começo"

Ermírio requer mais saúde

São Paulo — O empresário Antônio Ermírio de Moraes, que integrará a comissão que fará um esboço de projeto da Constituinte, alertou ontem, que o Brasil não vai encontrar a solução para seus problemas "enquanto não encontrar uma fórmula para educar as grandes massas e dar a elas condições de saúde adequadas". Antônio Ermírio é diretor-superintendente do Grupo Votorantin, o maior grupo industrial privado do país.

Ele recebeu o convite para participar da comissão da Constituinte através de telefonema do ministro da Justiça, Fernando Lyra, na última segunda-feira. Mas já na sexta-feira da semana passada, o presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, havia conversado com o empresário a respeito. Antônio Ermírio disse ontem ter ficado satisfeito com o convite e afirmou que, para resolver os problemas do País, a Constituinte "é só o começo".

Sobre seu futuro trabalho e sobre a Constituinte que será instalada em 1987, Antônio Ermírio comentou: "As cartas magnas, na maioria das vezes, são complicadas, e para o Brasil, defendo que tenhamos apenas parâmetros básicos, para facilitar a vida do país". E acrescentou: "Não adianta termos, numa empresa, um estatuto bem feito, se não tivermos quem faça respeitar este estatuto".

O decreto tem cinco artigos

Ingrid Rocha

O decreto de criação da "Comissão de estudos Constituintes" afirma que a Comissão elaborará "esboço de texto" a ser submetido à apreciação do Congresso constituinte eleito em novembro de 1986. O decreto tem cinco artigos, dos quais o mais importante é o que define os objetivos da comissão de "estimular o debate em torno do tema e de não interferir no trabalho dos constituintes".

Os outros quatro artigos prevêem que a própria Comissão vai elaborar seu regimento interno: que o trabalho de seus membros, por prestarem "serviços à Nação", não será remunerado; indica o jurista Afonso Aírmos para presidir-la e enumera um por um todos os seus membros e fixa para 15 de março de 1986 a entrega dos trabalhos à Presidência.

Preocupação semântica

Houve grande preocupação por parte do presidente José Sarney para que o texto fosse conciso e preciso, não permitindo interpretações dúbias sobre as finalidades e objetivos da Comissão. Ontem, o presidente José Sarney telefonou ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, assegurando-lhe que não havia mais problemas com relação ao texto do decreto e com a lista com os nomes dos membros da Comissão.

Sarney teria acrescentado à relação mais cinco nomes de sua preferência pessoal, e, segundo informações de assessores, a Comissão terá 50 integrantes. O presidente disse ainda a Lyra que só pretende tornar público os documentos na quarta ou quinta-feira pois a intenção do governo é "investir" no encontro dos governadores hoje no Palácio do Planalto.

Ontem, à noite, circulou no ministério rumores de que o decreto havia sido encaminhado a Lyra, extracoficialmente, para que a relação dos membros da Comissão fosse novamente

Uma tese do outro governo

Quando o ex-presidente Ernesto Geisel, numa tarde de zanga, cassou o mandato do então líder do MDB, Alencar Furtado, a esquerda emedebista, liderada por Freitas Nobre, elaborou um documento dando as razões pelas quais todo o grupo — uns quarenta deputados — iria renunciar. Comunicado da intenção, Alencar pediu a seus amigos que aguardassem sua vinda a Brasília. E na dramática reunião havida, o líder cassado conclamou a seus companheiros a que continuassem, usando qualquer espaço disponível, e nada de renúncia. Foi então que numa reunião já agora em aberto, no Auditório Nereu Ramos, a oposição lançou o grito e deu a saída: Assembléia Nacional Constituinte.

O governo, isto é, a Arena, retorquia: o Congresso pode emendar ou fazer outra Constituição, sem ser preciso convocar-se uma Assembléia Nacional Constituinte.

Uma coisa é uma Assembléia Nacional Constituinte, votada apenas para isso — a Nação legislando para os séculos —, e finda a missão auto-dissolve-se, a fim de que, e só então, sejam eleitos os componentes da Câmara e do Senado. Outra é a cabeça do parlamentar que, após desempenhar a função Constituinte, sabe que continuará com mandato.

Vai-se agora dar cumprimento à tese não da antiga oposição, mas à dos governos de ontem. (Clovis Senna).

datilografada e enviada de volta à Presidência. O ministro negou que houvessem resistências à permanência da vereadora Benedita da Silva (PT/RJ) na Comissão.

Igualmente, Lyra sustentou que não procediam as informações de que ele estivesse fazendo restrições ao nome do ex-ministro Leitão de Abreu. O titular da Justiça passou todo o dia em seu gabinete, evitou con-

versar com a imprensa, sob a alegação de que não tinha nada para falar.

Segundo assessores, o ministro não achava que Sarney teria feito novas restrições ao texto do decreto, atribuindo mais uma vez o adiamento de sua divulgação a divergências sobre quem vai integrar a Comissão, e, possivelmente o presidente estaria ainda convidando algumas pessoas.

O vem-vai

Fato é que o texto e a relação foram modificados várias vezes. Houve muita controvérsia se no decreto deveria constar anteprojeto ou texto. O secretário-geral do Ministério, José Paulo Cavalcanti Filho, assim como o chefe de Gabinete, Cristóvam Buarque, ponderaram que anteprojeto não era a palavra adequada, por parecer imposição e não uma contribuição aos constituintes.

Cogitou-se então de colocar a palavra "texto", mas eles ponderaram que ela dava idéia de algo definitivo, ao contrário do que se desejava, mas estaria mais próxima do ideal se precedida da palavra "esboço". Enfim, prevaleceu a expressão "esboço de texto", mas não se sabe se ela agradou ao presidente.

O artigo que trata dos objetivos e finalidades da Comissão é claro ao afirmar que de nenhuma forma ela pretende inibir os trabalhos dos Constituintes, mas apenas contribuir através de subsídios colhidos e discutidos com a sociedade.

Inicialmente o decreto tinha sete artigos e teve sua redação finalizada na sexta-feira passada, no qual trabalharam o chefe de gabinete, Cristóvam Buarque; o jornalista Mauro Santayana, secretário-executivo da Comissão; e assessor D'Allambert. Na segunda-feira pela manhã, o secretário-geral José Paulo Cavalcanti Filho, que havia chegado dos Estados Unidos no dia anterior, modificou, juntamente com Lyra, mais uma vez a redação do decreto. A minuta seguiu para o Palácio com seis artigos.

Presidente faz suspense

"Estamos fazendo suspense". Assim o presidente José Sarney respondeu ontem aos jornalistas que queriam saber quando seria assinado o decreto de instituição da comissão de juristas encarregada de redigir o anteprojeto da nova Constituição a ser submetido ao Congresso Nacional.

A resposta dos jornalistas foi pronta: "O senhor é que nos vai matar de expectativa presidente". O diálogo deu-se ontem no terceiro andar do Palácio do Planalto, durante a solenidade de lançamento do programa de suplementação alimentar. Na mesma ocasião, o ministro do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco, informou que não está participando das negociações para a escolha dos nomes que comporão a comissão da Constituinte, acrescentando que o assunto está sendo tratado, diretamente, entre o presidente José Sarney e o ministro da Justiça, Fernando Lyra.

Surpresa

O presidente José Sarney teve ontem uma surpresa e uma grande emoção, após subir a rampa do segundo andar, esperava-o o coral

São João de São Luís do Maranhão, que cantou para ele a "Alvorada Maranhense", levando-o quase às lágrimas e atrasando o expediente matinal: "Eles querem me matar do coração, de tanta emoção", comentou, quando o coral, o mais tradicional do Maranhão, entoou pela segunda vez a música "Saudades do Maranhão".

Os 25 membros do coral São João, que estiveram no Palácio do Planalto em companhia de D. Marly Sarney (o coral é composto no total por 48 membros) viajaram de São Luís a Brasília, de ônibus, para prestar a homenagem ao contraltista sob a regência do maestro Mouzihrek, mas voltarão sem ter cumprido o seu principal objetivo: eles vinham pedir dinheiro para a manutenção do coral, mas, no momento do encontro, ficaram "com vergonha".

Eles tocaram quatro músicas, emocionaram o presidente, e na viagem de volta, guardam a esperança de que Sarney seja informado pela primeira dama, D. Marly, que o mais tradicional coral do Maranhão está recuando para a sua manutenção.

Educação terá sua prioridade

O ministro Marco Maciel, da Educação, irá implantar neste segundo semestre o projeto "Educação na Constituinte", com o objetivo de discutir, através de Comitês Estaduais, diversos programas como "Educação para Todos" e "Educação dos Pobres". Com este projeto, o ministro Marco Maciel passa a ter um papel muito importante no desenvolvimento do que o presidente José Sarney chamou de "o espírito da Constituinte".

Tecnologia

Os ministros Marco Maciel, da Educação, e Renato Archer, da Ciência e Tecnologia assinaram hoje, às 16h30, no gabinete de Maciel, portaria criando uma comissão interministerial destinada a promover projetos e atividades de interesses de ambos os ministérios.

A Comissão Interministerial de Educação, Ciência e Tecnologia vai atuar, conforme frisa a portaria, como "mecanismo permanente de consultas recíprocas, de permuta de informações e de proposição de diretrizes gerais".